

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	14.937.059	14.174.359
1.01	Ativo Circulante	5.591.056	5.554.987
1.01.01	Disponibilidades	28.770	30.979
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.472.095	1.438.494
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.336.610	1.313.232
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	167.759	157.536
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-32.274	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.281.341	1.042.155
1.01.03.01	Carteira Própria	1.108.927	800.704
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	170.179	220.109
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	2.235	21.342
1.01.04	Relações Interfinanceiras	266.494	391.799
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7.899	984
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	258.502	390.727
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	93	88
1.01.05	Relações Interdependências	2.359	0
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	2.359	0
1.01.06	Operações de Crédito	2.155.391	2.223.090
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	348.717	352.415
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.987.362	2.028.215
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-180.688	-157.540
1.01.08	Outros Créditos	382.667	427.446
1.01.08.01	Carteira de Cambio	54.634	52.789
1.01.08.02	Rendas a Receber	56.229	133.464
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	224	219
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	40.455	39.707
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	1.529	325
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	35.102	14.406
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	165.742	169.117
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	38	32
1.01.08.09	Diversos	30.576	18.542
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-1.915	-1.204
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	53	49
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.939	1.024
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.715	1.677
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-670	-670
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	894	17
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.032.960	8.307.632
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	6.735.232	6.000.202
1.02.02.01	Carteira Própria	6.708.253	5.996.312
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	26.979	3.890
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.570	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.570	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.247.909	1.288.427
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	27.191	31.157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.288.237	1.300.729
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-67.519	-43.459
1.02.07	Outros Créditos	1.037.249	1.006.434
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	1.015.525	984.658
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	19	73
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	21.705	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	0	-2
1.03	Ativo Permanente	313.043	311.740
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.01	Dependências no Exterior	1.625	0
1.03.01.04	Outros Investimentos	0	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	159.811	166.017
1.03.02.01	Imóveis de Uso	62.084	61.326
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	185.314	199.372
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-135.616	-142.710
1.03.04	Intangível	152.965	145.456
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	265.216	253.759
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-112.251	-108.303

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	14.937.059	14.174.359
2.01	Passivo Circulante	8.390.631	7.696.583
2.01.01	Depósitos	2.895.619	2.528.151
2.01.01.01	Depósitos à Vista	635.309	663.835
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	499.316	501.247
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	95.158	12.531
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.665.836	1.350.538
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	169.997	220.010
2.01.02.01	Carteira Própria	169.997	220.010
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	419.991	377.676
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	419.991	377.676
2.01.04	Relações Interfinanceiras	16.889	39
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16.889	39
2.01.05	Relações Interdependências	1.437	5.187
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	1.414	3.819
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	23	1.368
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	52.711	51.332
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	52.711	51.332
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	122.243	115.825
2.01.07.01	Tesouro Nacional	27.000	28.705
2.01.07.02	BNDES	50.946	46.612
2.01.07.04	Finame	44.162	40.365
2.01.07.05	Finep	135	143
2.01.09	Outras Obrigações	4.711.744	4.398.363
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	195.503	2.956
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.763	82
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	24.963	24.413
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	25.943	230.126
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	52	52
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	3.617.553	3.265.636
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	83.504	109.426
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	145.645	513.463
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	13.850	99
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	51.524	59.081
2.01.09.11	Cheques Administrativos	52	1.518
2.01.09.12	Credores Diversos	38.665	58.126
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	10	12
2.01.09.14	Passivos Atuariais	63.995	88.950
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	63.017	44.423
2.01.09.16	provisão p/ garantias financeiras	385.705	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.653.674	4.518.087
2.02.01	Depósitos	355.303	437.786
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	355.303	437.786
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	640.195	633.365

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.07.01	Tesouro Nacional	2.069	1.932
2.02.07.02	BNDES	481.708	465.360
2.02.07.04	Finame	155.235	164.804
2.02.07.05	Finep	1.183	1.269
2.02.09	Outras Obrigações	3.658.176	3.446.936
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	88.358	7.163
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	184.584	194.455
2.02.09.03	Passivos Atuariais	693.540	626.669
2.02.09.04	Diversas	786.850	1.618.650
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999
2.02.09.06	Provisão p/ garantias financeiras	904.845	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.892.754	1.959.689
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	23.337	23.539
2.05.03.01	Ativos Próprios	23.337	23.539
2.05.04	Reservas de Lucro	856.998	856.998
2.05.04.01	Legal	121.006	121.006
2.05.04.02	Estatutária	735.992	735.992
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-557.730	-546.353
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-55.356	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	394.932	356.915
3.01.01	Operações de Crédito	123.780	136.278
3.01.02	Resultado Oper.Tit.Val.Mobiliários	269.456	227.632
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.346	-2.434
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	3.042	-4.561
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-287.654	-193.870
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-80.466	-75.640
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-127.051	-86.185
3.02.03	Provisão Oper.Crédito e Outros Créditos	-80.137	-32.045
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	107.278	163.045
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-72.067	-75.804
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	180.638	170.215
3.04.02	Despesas de Pessoal	-126.946	-130.794
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-66.204	-63.293
3.04.04	Despesas Tributárias	-30.108	-29.109
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	187.857	176.975
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-217.304	-199.798
3.05	Resultado Operacional	35.211	87.241
3.06	Resultado Não Operacional	502	847
3.06.01	Receitas	992	1.064
3.06.02	Despesas	-490	-217
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	35.713	88.088
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-91.271	-95.831
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-55.558	-7.743
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	-1,87406	0,00261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-55.558	-7.743
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11.175	-17.923
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-18.963	-29.915
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	368	368
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	7.420	11.624
4.03	Resultado Abrangente do Período	-66.733	-25.666

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	986.587	235.763
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	230.152	234.806
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	-55.558	-7.743
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	8.955	8.292
6.01.01.06	Provisão p/oper.crédito e outros créditos	80.137	32.045
6.01.01.09	Instrumentos dívida elegíveis a capital autorizado - remuneração	18.594	23.186
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-35	-48
6.01.01.12	Despesas de provisões p/ passivos contingentes	77.710	86.185
6.01.01.13	Despesas de provisões p/ riscos do FNO	120.953	93.392
6.01.01.14	Despesas de provisões p/outros ativos atuariais	632	0
6.01.01.16	Reversão de Outras provisões operacionais	-61	0
6.01.01.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-19.293	-7.462
6.01.01.18	Resultado com variação cambial	-1.892	6.887
6.01.01.19	Baixa do Intangível	10	72
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	756.435	957
6.01.02.01	Redução em TVM para negociação	-17.101	-25.441
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em Outros Valores e Bens	-916	-865
6.01.02.03	(Aumento) em Aplicações Inter.Liquidez	-10.223	-36.292
6.01.02.04	(Aumento) em Rel. Interf.e Interd.	136.046	11.415
6.01.02.05	Redução em Operações de Crédito	28.789	47.429
6.01.02.06	Redução/(Aumento) em Outros Créditos	34.310	-14.756
6.01.02.07	Redução em Depósitos	284.985	-167.926
6.01.02.08	Aumento Obrig por Emprést. Repasses	14.628	-1.910
6.01.02.09	Aumento em Captações no Merc.Aberto	-7.699	58.495
6.01.02.10	Aumento em outras Obrigações	341.597	165.603
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição pagos	-47.981	-34.795
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-965.418	-116.729
6.02.04	Alienação do Imobilizado de Uso	474	188
6.02.07	Aplicação no Intangível	-10.726	-11.931
6.02.10	Adição em imobilizado de uso	-16	-529
6.02.12	Redução em TVM mantidos até o vencimento	29.200	14.175
6.02.13	(Aumento) em TVM mantidos até o vencimento	-17.603	-81.008
6.02.14	Redução/(Aumento) em TVM disponíveis p/ venda	443.890	564.986
6.02.15	(Aumento) em TVM disponíveis p/ venda	-1.410.637	-602.610
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21.169	119.034
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.344.211	347.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.365.380	466.714

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-55.558	0	-55.558
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-11.377	-11.377
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.965	1.965
5.07.04	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CVM 695	0	0	0	0	0	-13.342	-13.342
5.12	Outros	0	0	-202	0	202	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-368	0	368	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de reavaliação	0	0	166	0	-166	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	23.337	856.998	-55.356	-557.730	1.892.754

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-7.743	0	-7.743
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-18.126	-18.126
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-854	-854
5.07.04	Ajuste de Avaliação Patrimonial - CVM 695	0	0	0	0	0	-17.272	-17.272
5.12	Outros	0	0	-203	0	203	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-368	0	368	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/ Reserva de reavaliação	0	0	165	0	-165	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	24.145	764.243	-7.540	-508.064	1.898.289

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	683.792	672.907
7.01.01	Intermediação Financeira	394.932	356.915
7.01.02	Prestação de Serviços	180.638	170.215
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-80.137	-32.045
7.01.04	Outras	188.359	177.822
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-207.517	-161.825
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-271.029	-251.702
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-10.077	-10.748
7.03.02	Serviços de Terceiros	-43.648	-41.156
7.03.04	Outros	-217.304	-199.798
7.04	Valor Adicionado Bruto	205.246	259.380
7.05	Retenções	-8.955	-8.292
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.955	-8.292
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	196.291	251.088
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	196.291	251.088
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	196.291	251.088
7.09.01	Pessoal	103.644	108.276
7.09.01.01	Remuneração Direta	77.285	83.566
7.09.01.02	Benefícios	19.754	18.339
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.605	6.371
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	144.681	147.458
7.09.02.01	Federais	141.961	144.873
7.09.02.02	Estaduais	7	10
7.09.02.03	Municipais	2.713	2.575
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.524	3.097
7.09.03.01	Aluguéis	3.524	3.097
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-55.558	-7.743
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-55.558	-7.743

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre 2017



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º TRIMESTRE DE 2017

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao primeiro trimestre de 2017, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1. PANORAMA ECONÔMICO

A conjuntura econômica global do 1º trimestre de 2017 apresentou alguns bons indicadores de desempenho. A China, por exemplo, surpreendeu ao registrar desempenho melhor do que o esperado no período. Isso se refletiu nos preços das commodities, que tiveram alta.

No ambiente doméstico, a melhoria na conjuntura global e alta dos preços das commodities contribuíram para gerar um impulso positivo no setor de agronegócios e amenizar os efeitos da crise sobre a economia brasileira, sendo que alguns indicadores de atividade econômica exibiram uma ligeira melhora em relação ao 1º trimestre de 2016, como, por exemplo, a produção industrial que, no acumulado de janeiro a março deste ano, registrou incremento de 0,6% em comparação com igual período do ano anterior.

Entretanto, em termos globais, o primeiro trimestre de 2017, continuou registrando recessão econômica e crise no cenário político, impactando negócios com uma retração na demanda por crédito, sendo alguns Estados mais afetados que outros. Enquanto que o desemprego continuou apresentando taxas recordes. A taxa de desocupação foi estimada em 13,7% no período, acima da registrada no último trimestre de 2016, que foi de 12,0%.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Banco da Amazônia, na busca de melhoria contínua, fortalecimento e aperfeiçoamento de seu Planejamento Estratégico, mantém avaliação constante de seu conteúdo e forma de execução, monitoramento e gestão estratégica, de modo a identificar e ponderar a necessidade de adaptá-lo e ajustá-lo às mudanças e transformações econômicas, estruturais, organizacionais, sociais e políticas do ambiente em que está inserido, da mesma forma potencializar as forças e vantagens internas, mitigando as fraquezas existentes.

Em 2017, foi iniciado o processo de reformulação do Planejamento Estratégico em atendimento à Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), à resolução CGPAR nº 17/2016 e à recomendação da Alta Administração. O plano de trabalho foi dividido em 04 macroetapas: orientação, diagnóstico estratégico, direção e, por fim, gestão e monitoramento. Atualmente, o plano de trabalho está com 80% de suas atividades concluídas.

Cabe destacar que entre os diferenciais do novo planejamento estratégico estão o foco estratégico e o modelo de acompanhamento e monitoramento. Além disso, com a nova estrutura do Comitê de Planejamento Estratégico – COPLANE, cada macroetapa e suas respectivas etapas são apresentadas e validadas no comitê, qualificando o resultado do Planejamento.

Os desafios do Banco em 2017 são voltados para a indução de políticas e práticas bancárias que sejam referência em responsabilidade socioambiental e desenvolvimento na Amazônia. Além disso, a busca pelo aperfeiçoamento da gestão e dos processos da governança corporativa, visando sempre à transparência, à equidade, a prestação de contas, a responsabilidade e a ética.

PROJETOS CORPORATIVOS

Em consonância com o Planejamento Estratégico, o Banco está implantando importantes Projetos Corporativos, a fim de oferecer “produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados”, conforme a Visão da Instituição.

Com destaque para os projetos:

- ✓ **Projeto eSocial:** Tem por objetivo atender ao decreto 8.373, de 11/12/2014, que visa a unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos empregados. Foi concluída a atualização do sistema Folha Software para atendimento aos requisitos do eSocial e a aquisição do módulo mensageira, cuja implantação somente será possível após liberação do ambiente de testes pelo governo, prevista para Julho/2017. Em andamento, homologação do sistema Nexa (Saúde do Trabalhador).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre 2017



- ✓ **Projeto Modelo de Custos:** vinculado à melhoria da Gestão e Governança no Banco, o projeto objetiva implantar modelo de gestão de custos adequado às necessidades do Banco, para o qual foi contratada a consultoria *Estratège*, que auxiliará no desenvolvimento e implantação do modelo. Concluídas as fases A: “Nivelamento de Conhecimento e Planejamento”, B: “Diagnóstico” e C: Desenvolvimento de Modelo de Custos”. Em andamento, a fase D, que consiste na indicação de solução tecnológica para suportar o modelo.
- ✓ **Novo Modelo de Gestão de Pessoas do Banco da Amazônia:** o projeto visa obter, através da reestruturação do sistema de Gestão de Pessoas, o perfeito alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas do Banco, na qualidade de principal agente de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Em andamento, as ações para aquisição de solução de RH.
- ✓ **Projeto Centralização do Crédito:** atendendo a estratégia de rentabilidade, o projeto tem como objetivo implantar modelo para centralização de análise, acompanhamento e recuperação de crédito. Em janeiro deste ano foi implantada a Central Piloto, no Acre. Em andamento, cronograma de implantação das centrais PA I e PA II, TO e PA III, RO e AM e MT e MA;

Programa Supera Mais 2017 – “Vamos juntos construir um Banco cada vez mais forte e competitivo!”

O Programa Supera Mais é um instrumento de gestão utilizado para avaliar o desempenho objetivando alinhar as ações das unidades quanto ao cumprimento das metas e objetivos estratégicos. É composto pelas perspectivas: “Mais Resultado”; “Mais Negócios”; “Mais Controles”; “Desenvolvimento Sustentável”; “Mais Clientes”; “Bônus Estratégico” e “Mais Conhecimento e Aprendizado”.

Nos três primeiros meses de 2017 destaca-se o desempenho nas seguintes perspectivas:

- ✓ **Mais Negócios:** o indicador CAPTAÇÃO DE RECURSOS (sendo composto pelos volumes de saldo médio de depósito à vista, a prazo, poupança, reinvestimento e LCA) registrou no 1º trimestre de 2017 atingimento da meta projetada em mais de 93%, com volume de saldo médio na ordem de R\$3.188,0 milhões. O indicador CRÉDITO COMERCIAL (contempla os volumes das carteiras de Crédito Geral e de Câmbio), registrou performance com atingimento da meta orçada em 87%, equivalendo a um saldo médio de R\$1.721,0 milhões.
- ✓ **Mais Clientes:** o indicador LIMITE DE CRÉDITO, que considera o percentual de clientes com limite de crédito aprovado e vigente em relação à quantidade de cliente constante no público alvo, obteve a melhor performance, atingindo 75% da meta estabelecida para o 1º trimestre de 2017.
- ✓ **Mais Resultado:** a RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO, que considera o volume de receitas das operações renegociadas / recuperadas de responsabilidade de risco do Banco, atingiu 68% da meta orçada para o trimestre, equivalendo a um volume recuperado na ordem de R\$27,0 milhões (Banco e FNO), R\$17,0 milhões a mais quando comparado com o mesmo período de 2016, cujo volume recuperado foi R\$10,0 milhões. Outro indicador que merece destaque é RECEITA DE TARIFAS – PACOTES, que verifica o volume dessa receita, acumulada até o período de apuração obteve 64% da meta orçada com R\$29,0 milhões de receita arrecadada com este serviço.
- ✓ **Desenvolvimento Sustentável:** destaca-se o indicador APOIO AOS PEQUENOS PORTES, que mede o volume de crédito de Fomento contratado para os Pequenos Portes - PRONAF, MPE, Portes, Empreendedor Individual, Fomento PF, Pequeno e Pequeno Médio PF e PJ), realizou 57% da meta projetada para este trimestre, com um volume contratado de R\$376,0 milhões. O indicador OUTROS PROGRAMAS DE GOVERNO, que apura o volume de crédito de Fomento contratado para os demais Programas de Governo - Programa de Apoio a Cultura, Plano de Incentivo ao Turismo, FNO ABC e Biodiversidade, alcançou 49% da meta estabelecida no trimestre.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

O Banco da Amazônia apresentou prejuízo de R\$55,5 milhões, no 1º trimestre de 2017 (prejuízo de R\$7,7 milhões no 1º trimestre de 2016).

O prejuízo foi decorrente, principalmente, da elevação da inadimplência com grandes operações de fomento, em razão da conjuntura econômica vivenciada na Região. Para a reversão desse quadro, o Banco está investindo na divulgação dos benefícios trazidos pela Lei 13.340/2016, que permite a renegociação/liquidação de operações com expurgo de encargos de inadimplência e concessão de rebates por ocasião da liquidação.

Outras ações estão sendo adotadas visando reverter o prejuízo, buscando selecionar e rentabilizar novos negócios, com prospecção de novos clientes, ampliação do crédito e com melhorias de processo e controles, na busca da eficiência operacional.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre 2017



Crédito de Fomento

No 1º trimestre de 2017, foram aplicados Recursos de Fomento no montante de R\$180,1 milhões (R\$474,1 milhões no 1º trimestre de 2016), destinados aos investimentos das grandes empresas localizadas na Região Norte, dentre elas, fábricas, indústrias e empreendimentos voltados ao turismo e de logística, os quais contribuem no desenvolvimento da Região de forma efetiva através da geração de empregos, rendas e receitas de tributos aos municípios.

Crédito para Microempreendedores Individuais (MEI)

Durante o 1º trimestre de 2017, as contratadas de operações de crédito atingiram R\$1,6 milhões, sendo R\$1,3 milhões com recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) (no 1º trimestre de 2016 foram R\$2,6 milhões- R\$1,7 milhões com recursos do FNO).

Crédito para a Agricultura Familiar

No Plano Safra 2016/2017, foram aplicados R\$229,5 milhões com base na meta acordada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de R\$480,0 milhões, sendo realizadas 8.022 operações. Este ano foi aplicado na agricultura familiar até 31/03/2017 o montante de R\$52,5 milhões com a realização de 1.900 operações. No mesmo período de 2016, foram R\$97,3 milhões, com a efetivação de 3.888 operações.

Crédito Comercial

O saldo médio da carteira comercial encerrou o 1º trimestre de 2017 com R\$1.720,0 milhões, representando uma redução de 11,4% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$1.942,0 milhões).

Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Ao final do 1º trimestre de 2017, a carteira alcançou o montante de R\$8.017,0 milhões, aumento de 29,7% quando comparado ao 1º trimestre de 2016 (R\$6.180,0 milhões).

A Carteira está composta por 84,4% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 15,6% de títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros, debêntures e outros).

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários atingiu R\$268,2 milhões, contra R\$227,6 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando crescimento de 17,8%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$222,4 milhões (R\$210,4 milhões no 1º trimestre de 2016).

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$761,0 milhões, classificados na categoria "Títulos mantidos Até o Vencimento", bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Captação de Recursos

✓ Depósitos

O saldo médio de depósitos apresentou crescimento de 4,6% (R\$3.095,4 milhões no 1º trimestre de 2017), comparado ao 1º trimestre de 2016 (R\$2.959,5 milhões), motivado pela elevação de captação de depósitos a prazo.

✓ LCA

A captação em "Letra de Crédito Produtor Rural" (LCA) apresentou crescimento de 22,9%, alcançando saldo médio de R\$402,5 milhões no 1º trimestre de 2017 (R\$327,5 milhões no 1º trimestre de 2016).

✓ Obrigações por Repasses

Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/Finame e FDA, passando de R\$780,6 milhões no 1º trimestre de 2016 para R\$815,1 milhões no 1º trimestre de 2017.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre 2017



Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º trimestre de 2017 com Patrimônio Líquido de R\$1.892,7 milhões, decresceu 0,3% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$1.898,3 milhões).

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º trimestre de 2017 encerrou com índice de 15,5% (17,5% no 1º trimestre de 2016), registrando, assim, excedente em relação aos 11% exigidos pela regulamentação vigente.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa do Banco da Amazônia está alicerçada em princípios como transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, incorporando junto aos seus colaboradores (público interno) a disseminação da boa prática de governança e de seus benefícios para a empresa. O Banco adota a política de transparência junto ao público alvo que são os acionistas, investidores, público externo e mercado, demonstrando, assim, respeito e credibilidade junto à sociedade.

No 1º trimestre de 2017, o Banco continuou a divulgação do código de ética, reafirmando valores fundamentais que deverão ser conhecidos pelos seus colaboradores e por aqueles que mantêm qualquer tipo de relacionamento com a Instituição. Foi ofertado a participação dos empregados no curso de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança, juntamente com demais órgãos públicos, objetivando sensibilizar servidores e empregados públicos sobre a Instrução Normativa (IN) Conjunta nº 1/2016, da Controladoria Geral da União (CGU)/Ministério do Planejamento (MP), que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no Poder Executivo Federal visando aperfeiçoar os processos de trabalho para o desenvolvimento institucional com qualidade e com a preservação dos ativos, mostrando efetividade do gasto público.

5. GESTÃO DE RISCOS

O Banco adota como premissa básica da estrutura integrada de gestão de riscos o modelo das três linhas de defesa como principal instrumento para definição de atribuições e responsabilidades, a fim de apresentar um gerenciamento de riscos eficiente para a Instituição. Possui políticas, procedimentos e instrumentos de controles e gestão de riscos que permitem a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos operacionais, tecnológicos, de mercado, de liquidez, de crédito, socioambientais e outros pertinentes.

Em atendimento as regulamentações, e para manter o Banco alinhado com as melhores práticas do mercado, recentemente foram atualizadas as Políticas de Gestão de Continuidade, Segurança da Informação e Comunicação, as quais possuem os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição.

Também alinhado com às boas práticas de Governança Corporativa, o Banco da Amazônia adota como linhas mestras a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa através de um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos, quanto de monitoramento. Neste contexto, dois princípios são fundamentais no Banco: decisões colegiadas e segregação de funções. Explica-se, o Banco é o principal agente de fomento da região e para garantir que suas ações estejam voltadas para o bem comum, no crédito há segregação de funções, de forma que as etapas de originação, análise, decisão e acompanhamento de crédito são realizadas por unidades e pessoas distintas e todas as decisões relativas ao assunto são colegiadas nas diversas instâncias, o que reforça a estrutura de governança da empresa e possibilita garantir que o interesse público foi alcançado. Por fim, resta observar que os princípios mencionadas permeiam todas as áreas da empresa.

6. CONTROLES INTERNOS

O Banco da Amazônia considera o Sistema de Controles Internos, constituído pelo conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Administração e por todos os empregados a fim de assegurar a eficiência e eficácia dos negócios da Instituição, controlar os riscos existentes e garantir a efetividade da operacionalização das atividades em todos os níveis, como um elemento estratégico inerente aos processos e presente em toda a Instituição para assegurar o alcance de seus objetivos.

O Sistema de Controles Internos do Banco está estruturado em linhas de defesa de modo a assegurar o alcance dos objetivos, com foco na mitigação dos riscos, considerando os controles estruturais formados pelos recursos relacionados a pessoas, processos e tecnologia.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre 2017



7. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, como componente do Sistema de Controles Internos do Banco da Amazônia, é responsável por fornecer, avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade à estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles e introduzindo boas práticas no âmbito corporativo.

8. REDE DE ATENDIMENTO

Visando promover maior eficiência na concessão e administração do crédito, o Banco implantou, em Janeiro, a primeira Central Regional de Crédito, na Superintendência do Acre, para atender de forma segregada e especializada os processos de crédito das unidades jurisdicionadas. O processo que era realizado em cada agência e/ou encaminhado para a sede do Banco, com a implantação serão atendidos em um único local, proporcionando agilidade e padronização na gestão do processo de crédito do Banco.

A Central de Crédito contará com um Sistema de Controle de Processo, que fortalecerá a governança sobre as propostas internalizadas, através do monitoramento e ações para dinamização da análise e concessão do crédito, assim como do processo de renegociação em âmbito Institucional, via controle integral, desde a originação até a concessão.

Dentre as principais mudanças nesse modelo de centralização, se destaca: Segregação do crédito e de suas esteiras de análise; implementação de espaço organizacional voltado à emissão de instrumento de crédito, aditivos e triagem especializada; liberações de recursos das parcelas de crédito de fomento passa a ser analisada e efetivada de forma segregada na central; reestruturação de operações segregadas entre aspecto financeiro e projeto; e tramitação eletrônica de documentos, mitigando riscos e agilizando o processo.

No trimestre, o Banco da Amazônia inaugurou a nova sede de sua agência no município de Brasiléia, cidade que tem como principais negócios: a cadeia Produtiva do Frango, Turismo, Piscicultura e Suinocultura.

Foi inaugurada também, nova sede da Superintendência do Estado de Rondônia e Agência Porto Velho. A estrutura possibilitará maior conforto, segurança e acessibilidade aos clientes e colaboradores.

9. OUVIDORIA

No primeiro trimestre de 2017 foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 34 demandas (33 respondidas no prazo e 1 em tramitação) e no pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), constaram 13 registros de reclamações, sendo 2 reguladas improcedentes, 10 não reguladas e 1 cancelada. Por intermédio do Sistema Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda não foi recebido registro de demanda.

10. OUTROS DESTAQUES

Eventos

No trimestre ocorreu o 9º Encontro do Comitê Técnico de Auditoria com representantes do Ministério da Integração Nacional, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, e participantes da Diretoria e Auditoria do Banco.

O tema do evento foi Governança, Riscos e Controle. O objetivo é integrar e capacitar as auditorias internas dos órgãos vinculados ao Ministério da Integração, bem como das auditorias internas dos Bancos vinculados ao Ministério, além de alcançar a capacitação de integração, por meio da troca de experiência, unindo todos os auditores dessas instituições, apresentar boas práticas e mostrar como os desafios podem ser enfrentados.

Outro evento no âmbito de Gestão de Riscos e Controles Internos ocorreu em Belém, no mês de março, abrangendo 13 órgãos, instituições públicas federais, Banco da Amazônia e a Auditoria Geral do Estado do Pará. Foi o curso de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança, tem por objetivo sensibilizar servidores e empregados públicos sobre a Instrução Normativa (IN) Conjunta nº 1/2016, da Controladoria Geral da União (CGU)/Ministério do Planejamento (MP), que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no Poder Executivo Federal visando aperfeiçoar os processos de trabalho para o desenvolvimento institucional com qualidade e com a preservação dos ativos, mostrando efetividade do gasto público.

11. GESTÃO DE PESSOAS

Ações e Treinamento

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre 2017



Durante o 1º trimestre de 2017, o Banco investiu em treinamento com o total de 4.625 participações (total de 1.822 participações no 1º trimestre de 2016).

Composição do Quadro de Pessoal

O Banco encerrou o 1º trimestre de 2017, contando com 3.038 empregados (3.188 no 1º trimestre de 2016). Com o objetivo de suprimento do quadro de pessoal, o Banco tem convocado os aprovados no Concurso Público de 2015, sendo convocados 07 Técnicos Bancários referentes ao concurso público de 2015.

Programa de Aposentadoria Incentivada

Durante o 1º trimestre de 2017, em decorrência, principalmente, do Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI desligaram-se 127 empregados.

12. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (Capaf)

Trimestralmente e com base em avaliação atuarial realizada por empresa especializada, é procedido o ajuste da responsabilidade do Banco no que se referem aos benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados.

Quanto aos planos de benefício definido e misto, o Banco reconhece contabilmente 50% do déficit apresentado nos mesmos, atendendo, assim, ao que estabelece as Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

A Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000 ingressada pela Advocacia Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA), tem por objetivo tornar sem efeito a decisão proferida na ação trabalhista nº 01164-2001-001-16-00-2, em tramitação perante a 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.

Em decisão liminar proferida em maio de 2014 na rescisória, o relator determinou a suspensão de todos os atos processuais na ação 01164-2001-001-16-00-2, inclusive a penhora judicial, até que haja o trânsito em julgado da decisão a ser proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão. A ação continua parada. Não houve recurso contra esta decisão.

A ação rescisória permanece aguardando julgamento. O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O SEEB-MA contestou a ação.

13. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no 1º trimestre de 2017, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto operacional
- Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais
- Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
- Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
- Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
- Nota 6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
- Nota 7 - Operações de crédito
- Nota 8 - Outros créditos
- Nota 9 - Ativo Permanente
- Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
- Nota 11 - Obrigações por empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por repasses
- Nota 13 - Outras obrigações
- Nota 14 - Patrimônio líquido
- Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social
- Nota 16 - Desdobramento das contas de resultado
- Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
- Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 22 - Fundos de Investimentos Financeiros
- Nota 23 - Partes relacionadas
- Nota 24 - Benefícios a empregados
- Nota 25 - Remuneração paga aos empregados
- Nota 26 - Processo de gerenciamento de riscos
- Nota 27 - Análise de sensibilidade
- Nota 28 - Demonstração do resultado abrangente
- Nota 29 - Outras informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 19), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº 17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
 Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
 Deliberação CVM nº 557/2008 – Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
 Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
 Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
 Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
 Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
 Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
 Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
 Resolução CMN nº 4.535/2016 – Ativo Imobilizado (CPC 27).

As Informações Trimestrais - ITR foram aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro de juros, negociados na BM&FBovespa, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (*hedge* de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos seus ativos e/ou passivos financeiros, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.082/2002.

As operações de contrato futuro de juros são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados os parâmetros divulgados pela BM&FBovespa.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* é registrado no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do *hedge*, a relação de proteção é encerrada.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* estão divulgados na nota nº 6.b.

h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

m) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 24).

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 15):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 15).

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R\$176.128 (R\$175.495 em 31.12.2016). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados (nota nº 8). O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

- A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 13.c).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas e os classificados como remoto não requerem provisão e nem divulgação.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras. (nota nº 13.a).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 29.c).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

- Risco de Crédito (FNO): As operações de crédito realizadas com recursos do FNO, em razão de normativos legais, não estão registradas no grupamento do ativo de operações crédito do Banco. Entretanto, 50% do risco dessas operações (contratadas a partir de 01.12.1998) é do Banco, levando, assim, a necessidade de ser calculada e registrada em passivo contingente, a provisão para operações de crédito (PCLD), de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999.

p) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2017.

r) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 14.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2017	31.12.2016
Disponibilidades	28.770	30.979
Disponibilidade em moeda nacional	24.699	26.807
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.071	4.172
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.336.610	1.313.232
Aplicações no mercado aberto	1.336.610	1.313.232
Total	1.365.380	1.344.211

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos, que na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.03.2017	31.12.2016
Aplicações no mercado aberto	1.336.610	1.313.232
Posição Bancada	1.336.610	1.313.232
Letras financeiras do tesouro	399.999	440.003
Letras do tesouro nacional	656.616	723.230
Notas do tesouro nacional	279.995	149.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	135.485	125.262
Certificados de depósitos interfinanceiros	167.759	157.536
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)
Total	1.472.095	1.438.494

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$32.274 (R\$32.274 em 31.12.2016), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no trimestre R\$45.475 (R\$17.467 no 1º trim/2016) e estão registradas como rendas de TVM.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.03.2017	31.12.2016
Carteira própria – livres	7.817.180	6.797.016
Títulos Públicos	6.567.408	5.551.830
Letras Financeiras do Tesouro	5.722.143	4.738.801
Letras do Tesouro Nacional	84.447	40.614
Notas do Tesouro Nacional	499.669	502.100
Certificados Financeiros do Tesouro	261.149	270.315
Títulos Privados	1.249.772	1.245.186
Debêntures	357.092	452.452
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	9.888	9.932
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	40.273	39.061
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	54.629	53.232
Letras Financeiras	787.890	690.509
Vinculados a operações compromissadas	170.179	220.109
Títulos Públicos	170.179	220.109
Letras Financeiras do Tesouro	170.179	220.109
Vinculados a prestação de garantias	29.214	25.232
Títulos Públicos	29.214	25.232
Letras Financeiras do Tesouro	29.214	25.232
Total	8.016.573	7.042.357
Circulante	1.281.341	1.042.155
Não circulante	6.735.232	6.000.202

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 84,4% do total da Carteira (82,3% em 31.12.2016).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$25.189 (R\$21.342 em 31.12.2016) estão vinculados às câmaras de compensação, BM&FBovespa e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$4.026 (R\$3.890 em 31.12.2016) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	31.03.2017						TOTAL
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	396.599	-	-	181.720	-	578.319
Títulos Públicos	-	396.599	-	-	181.720	-	578.319
Letras Financeiras do Tesouro	-	396.599	-	-	181.720	-	578.319
2-Títulos Disponíveis para venda	97.785	604.902	2.236.372	1.716.086	1.927.389	94.902	6.677.436
Títulos Públicos	-	338.295	1.468.985	1.692.995	1.927.389	-	5.427.664
Letras Financeiras do Tesouro	-	338.295	1.384.538	1.692.995	1.927.389	-	5.343.217
Letras do Tesouro Nacional	-	-	84.447	-	-	-	84.447
Títulos Privados	97.785	266.607	767.387	23.091	-	94.902	1.249.772
Debêntures	7.025	84.698	242.278	23.091	-	-	357.092
Cotas Fundos de Invest.-FIDC ⁽²⁾	-	-	9.887	-	-	-	9.887
Cotas Fundos de Invest.-Renda Fixa	-	-	-	-	-	40.273	40.273
Cotas Fundos de Invest.-FI REF	-	-	-	-	-	54.629	54.629
Outros Títulos – LF/NP	90.760	181.909	515.222	-	-	-	787.891
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	333	10	261.152	253.185	246.138	760.818

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Títulos Públicos	-	333	10	261.152	253.185	246.138	760.818
Notas do Tesouro Nacional	-	333	10	3	253.185	246.138	499.669
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	261.149	-	-	261.149
Total 31.03.2017	97.785	1.001.834	2.236.382	1.977.238	2.362.294	341.040	8.016.573
Total 31.12.2016	192.324	673.519	1.242.444	2.111.695	2.482.762	339.613	7.042.357

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão.

a.2) Quanto aos ajustes

	31.03.2017			31.12.2016		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	578.509	578.319	(190)	561.533	561.218	(315)
Letras Financeiras do Tesouro	578.509	578.319	(190)	561.533	561.218	(315)
Disponíveis para venda	6.679.454	6.677.436	(2.018)	5.714.017	5.708.724	(5.293)
Letras Financeiras do Tesouro	5.348.401	5.343.217	(5.184)	4.429.242	4.422.924	(6.318)
Letras do Tesouro Nacional	81.668	84.447	2.779	39.339	40.614	1.275
Debêntures	356.140	357.092	952	452.137	452.452	315
Cotas Fundos Invest.–FIDC	9.888	9.888	-	9.932	9.932	-
Cotas Fundos de Invest.–Renda Fixa	40.273	40.273	-	-	-	-
Cotas Fundos Invest.–FI REF	55.194	54.629	(565)	53.797	53.232	(565)
Outros Títulos Privados - LF	787.890	787.890	-	690.509	690.509	-
Mantidos até o vencimento	750.501	-	-	772.415	-	-
Notas do Tesouro Nacional	489.352	-	-	502.100	-	-
Certificados Fin. do Tesouro	261.149	-	-	270.315	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$411 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$434 em 31.12.2016), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$686 (R\$686 em 31.12.2016) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$3.013 (ajuste negativo de R\$26.608 em 31.03.2016).

Do total das CFT's, o montante de R\$250.373 (R\$259.161 em 31.12.2016) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$40.856 (desvalorização de R\$48.366 em 31.03.2016).

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	31.03.2017	31.03.2016
Desvalorização	(186.525)	(182.872)
Valorização	184.507	173.799
Total	(2.018)	(9.073)

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º trim/2017	1º trim/2016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45.475	17.467
Títulos de Renda Fixa	222.417	210.404
Aplicação em Fundos de Investimentos	1.212	-
Lucros com Títulos de Renda Fixa	342	70
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(115)	(306)
Ajuste ao Valor de Mercado	125	(3)
Total	269.456	227.632

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender as suas necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando-se de metodologias estatísticas e simulações para mensurar os riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio, nos preços dos ativos e/ou passivos.

Ativos vinculados aos Instrumentos Financeiros Derivativos para *hedge* de Risco de Mercado

	Valor Justo	
	31.03.2017	31.12.2016
Ativos vinculados ao <i>Hedge</i>		
Letras do Tesouro Nacional (Vcto 2019)	84.447	40.614
Total	84.447	40.614

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *hedge* de Risco de Mercado

	Valor Justo	
	31.03.2017	31.12.2016
Instrumento de <i>Hedge</i>		
Futuro de Juros (Contrato DI1F19 - Vcto Jan/2019)	84.480	40.595
Total	84.480	40.595

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	31.03.2017	31.12.2016
Letras Fin do Tesouro (Vcto Mar/2019- 2020)	6.954	3.372
Total	6.954	3.372

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	1º trim/2017	1º trim/2016
Ajustes Financeiros Acumulados	(1.346)	(2.434)
Total	(1.346)	(2.434)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	31.03.2017			31.12.2016		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.042.817	108.889	1.151.706	1.108.303	110.063	1.218.366
Títulos descontados	23.788	3.711	27.499	27.152	4.629	31.781
Financiamentos	1.266.395	149.699	1.416.094	1.339.321	66.085	1.405.406
Financiamentos rurais	967.083	89.126	1.056.209	966.158	90.805	1.056.963
Subtotal	3.300.083	351.425	3.651.508	3.440.934	271.582	3.712.516
Outros créditos						
Diversos	243	-	243	292	-	292
Subtotal	3.300.326	351.425	3.651.751	3.441.226	271.582	3.712.808
Adiant. s/ contrato de câmbio	53.985	1.814	55.799	55.558	790	56.348
Total da carteira	3.354.311	353.239	3.707.550	3.496.784	272.372	3.769.156
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(107.026)	(141.182)	(248.208)	(82.808)	(118.191)	(200.999)
(Outros créditos)	(2)	-	(2)	(3)	-	(3)
(Câmbio)	(843)	(1.069)	(1.912)	(413)	(790)	(1.203)
Total das provisões	(107.871)	(142.251)	(250.122)	(83.224)	(118.981)	(202.205)
Total líquido	3.246.440	210.988	3.457.428	3.413.560	153.391	3.566.951

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.03.2017	31.12.2016
Setor Público	375.908	383.572
Administração direta	44.442	48.946
Administração indireta	127.401	122.989
Atividades empresariais	204.065	211.637
Setor Privado	3.331.642	3.385.584
Rural	1.031.145	1.057.366
Indústria	811.128	886.620
Comércio	741.933	676.763
Pessoas físicas	239.798	254.381
Serviços	507.638	510.454
Total da carteira	3.707.550	3.769.156

b) Concentração dos principais devedores:

	31.03.2017	% Carteira	31.12.2016	% Carteira
10 maiores devedores	1.459.645	39,4	1.444.861	38,3
50 maiores devedores	853.059	23,0	900.458	23,9
100 maiores devedores	302.601	8,2	309.378	8,2
Demais devedores	1.092.245	29,4	1.114.459	29,6
Total	3.707.550	100,0	3.769.156	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

c) Operações vincendas

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
AA	368.716	45.321	23.577	190.082	84.113	62.249	774.058
A	486.624	217.740	310.465	166.794	381.461	91.274	1.654.358
B	199.895	15.062	25.950	280.278	93.184	20.467	634.836
C	38.893	4.534	21.188	8.477	10.620	1.316	85.028
D	3.436	551	672	6.969	17.860	55.957	85.445
E	7.998	3.127	4.662	16.220	2.816	329	35.152
F	6.650	550	16	1.519	1.711	908	11.354
G	6.882	4.757	1.507	295	1.206	12.506	27.153
H	38.097	1.034	2.084	2.894	2.814	4	46.927
Total 31.03.2017	1.157.191	292.676	390.121	673.528	595.785	245.010	3.354.311
Total 31.12.2016	1.546.795	395.755	69.042	620.973	631.953	232.266	3.496.784

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
B	24.268	115.593	-	216	463	-	140.540
C	1.065	8.749	1.777	2.050	452	-	14.093
D	2.360	1.084	9.911	2.957	91	-	16.403
E	222	565	754	7.067	9.189	-	17.797
F	74	181	9.602	37.822	6.462	64	54.205
G	833	1.615	1.766	6.047	2.523	79	12.863
H	1.266	1.262	1.053	17.717	65.885	10.155	97.338
Total 31.03.2017	30.088	129.049	24.863	73.876	85.065	10.298	353.239
Total 31.12.2016	35.223	54.644	26.796	91.343	54.389	9.977	272.372

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas, nos nove níveis de risco:

31.03.2017	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	774.058	1.482.531	571.298	99.122	101.845	52.950	65.558	40.017	144.263	3.331.642
Rural	256.958	495.280	83.624	31.699	23.529	30.777	26.977	25.949	56.352	1.031.145
Indústria	408.531	213.339	142.058	7.266	9.117	8.155	6.634	1.830	14.198	811.128
Comércio	42.031	242.221	301.582	51.252	8.021	3.774	26.863	9.754	56.435	741.933
Serviços	38.891	372.997	23.876	636	57.409	7.896	1.022	455	4.456	507.638
Pessoas físicas	27.647	158.694	20.158	8.269	3.769	2.348	4.062	2.029	12.822	239.798
Setor público	-	171.843	204.065	-	-	-	-	-	-	375.908
Total da carteira	774.058	1.654.374	775.363	99.122	101.845	52.950	65.558	40.017	144.263	3.707.550
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(8.272)	(7.754)	(2.974)	(10.184)	(15.885)	(32.779)	(28.012)	(144.263)	(250.123)
31.12.2016										
Total da carteira	921.960	1.578.841	789.442	87.446	125.116	103.188	34.474	18.675	110.014	3.769.156
Prov.requerida/constituída	-	(7.894)	(7.894)	(2.623)	(12.512)	(30.958)	(17.237)	(13.073)	(110.014)	(202.205)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

Não obstante a necessidade que os bancos têm de constituir a provisão regulatória, a Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, prevê a possibilidade de incremento de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	1º trim/2017	1º trim/2016
Saldo no início do período	(202.205)	(178.360)
Provisões constituídas	(80.137)	(32.045)
Valores baixados para prejuízo	32.219	14.125
Saldo no final do período	(250.123)	(196.280)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$968.882 (R\$938.789 em 31.12.2016).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$3.504 (R\$5.109 no 1º trim/2016).

g) Receitas de Operações de Crédito

	1º trim/2017	1º trim/2016
Empréstimos	54.430	65.271
Títulos descontados	2.232	3.114
Financiamentos	40.486	38.779
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.128	24.005
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.504	5.109
Total	123.780	136.278

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	1º trim/2017	1º trim/2016
Renegociadas	76.750	10.672
Carteira Comercial	3.967	8.222
Carteira de Fomento	72.783	2.450
Recuperadas	3.504	5.109
Carteira Comercial	2.600	3.382
Carteira de Fomento	904	1.309
Câmbio	-	398
Outros - FNO	-	20

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	31.03.2017	31.12.2016
Carteira de câmbio	54.634	52.789
Rendas a receber	56.229	133.464
Negociação e intermediação de valores	53	49
Diversos	1.310.915	1.248.784
Crédito tributário (nota nº 15)	1.181.267	1.153.775
Títulos e créditos a receber	23.234	22.029
Capaf	176.128	175.495
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(176.128)	(175.495)
Contrato TI (nota nº 13)	21.705	21.705
Outros	1.529	324
Câmbio	1.062	-
Remuneração OGU	432	289
Diversos	35	35
Devedores por compra de valores e bens	243	292
Devedores por dep. em garantia (nota nº 29.c)	40.454	39.706
Recursos Fiscais	348	348
Recursos Trabalhistas	41.384	40.636
(-) Provisão para devedores dep. recursais	(9.962)	(9.962)
Recursos Cíveis	8.684	8.684
Devedores p/ apuração de responsabilidades (nota nº 13)	11.326	11.316
Impostos e contribuições a compensar	38	32
Pagamentos a ressarcir	35.102	14.408
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	1.905	1.137
Saque a ressarcir rede compartilhada	575	575
Equalização – STN/FDA	1.597	2.053
Suprimento 24 Horas	5.147	5.053
Rebates	1.361	1.361
Tributos federais recolhidos a compensar	1.191	1
Antecipação de PLR	1.186	1.186
Outros pagamentos	22.140	3.042
Devedores diversos	8.316	6.467
Adiantamentos para pagamentos	62	31
Adiantamentos e antecipações salariais	10.873	728
Provisão para outros créditos	(1.915)	(1.206)
Total	1.419.916	1.433.880
Circulante	382.667	427.446
Não circulante	1.037.249	1.006.434

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R\$176.128 (R\$175.495 em 31.12.2016), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2016) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrato "Termo de acordo, composição e ajuste". Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente (nota nº 13.c).

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$11.326 (R\$11.316 em 31.12.2016), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências. Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente, por envolver processo de apuração disciplinar que poderá resultar em sanções a empregados (nota nº 13.c).

9 Ativo Permanente

	31.03.2017	31.12.2016
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão para perdas	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267
b) Imobilizado de uso		
Imóveis de uso	62.084	61.326
Terrenos	2.664	2.664
Edificações	59.420	58.662
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	185.314	199.372
Móveis e equipamentos em estoque	1.088	1.874
Imobilizações em curso	27.884	37.810
Instalações, móveis e equipamentos de uso	57.992	57.277
Instalações	6.857	6.740
Móveis e equipamentos de uso	51.135	50.537
Outras	98.350	102.412
Sistema de comunicação	1.229	1.287
Sistema de processamento de dados	91.364	95.303
Sistema de segurança	5.277	5.342
Sistema de transporte	480	480
(-) Depreciações acumuladas	(135.616)	(142.710)
Total	159.811	166.017
c) Intangível ⁽¹⁾		
Software desenvolvido e em desenvolvimento	265.216	253.759
(-) Amortização Acumulada	(112.251)	(108.303)
Total	152.965	145.456
Total permanente	313.043	311.740

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 4534/2016.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2016	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31.03.2017
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	166.017	16	(1.215)	(5.007)	159.811
Intangível	145.456	11.467	(10)	(3.948)	152.965
Total	311.740	11.483	(1.225)	(8.955)	313.043

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2017	31.12.2016
Limite para Imobilização	1.331.206	1.394.890
(-) Situação	(246.202)	(266.699)
Margem	1.085.004	1.128.191
Índice de imobilização	9,2%	9,6%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.03.2017	Total em 31.12.2016
À Vista	635.309	-	-	635.309	663.835
Poupança	499.316	-	-	499.316	501.247
Interfinanceiros	10.368	84.790	-	95.158	12.531
A Prazo	1.076.026	589.810	355.303	2.021.139	1.788.324
A prazo	314.841	586.902	347.307	1.249.050	1.160.213
Judiciais com remuneração	66.427	-	-	66.427	44.036
Especiais com remuneração	694.758	2.908	7.996	705.662	584.075
Sudam ⁽¹⁾	520.075	-	-	520.075	400.672
Finam	170.012	-	-	170.012	166.373
FAT (nota nº 20)	4.032	2.907	7.996	14.935	16.449
Outros	639	1	-	640	581
Total	2.221.019	674.600	355.303	3.250.922	2.965.937
Circulante				2.895.619	2.528.151
Não circulante				355.303	437.786

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$169.997 (R\$220.010 em 31.12.2016), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 12,7% (14,1% em 31.12.2016) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	1º trim/2017	1º trim/2016
Despesas de captações c/ depósitos	(74.413)	(72.501)
A prazo	(34.536)	(34.401)
Poupança	(8.871)	(10.122)
Especiais	(18.009)	(17.301)
Interfinanceiros	(653)	(176)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(9.937)	(8.707)
Demais captações	(2.407)	(1.794)
Desp. de captações no mercado aberto	(6.053)	(3.139)
Carteira própria	(6.053)	(3.139)
Total	(80.466)	(75.640)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas pré-fixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

março/2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de março de 2017 é de R\$52.711 (R\$51.332 em 31.12.2016), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,6% a.a. (3,5% a.a. em 31.12.2016) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses**a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais**

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	31.03.2017			31.12.2016		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	2,7	11	39.932	2,8	9	42.042
BNDES Industrial	7,0	17	269.621	7,0	18	272.259
BNDES Rural	3,7	7	128.385	3,5	6	109.066
BNDES Comércio	4,4	10	79.625	4,3	11	73.476
BNDES Serviços	6,8	8	15.091	6,8	9	15.129
Finep	1,5	10	1.318	1,5	10	1.412
Finame Industrial	3,2	5	36.084	2,1	7	37.418
Finame Rural	2,4	6	84.879	2,3	7	83.599
Finame Comércio	2,0	7	12.275	3,4	7	12.763
Finame Serviços	3,2	3	66.159	2,6	5	71.389
STN OGU	2,2	1	29.068	0,5	2	30.635
STN – Recoop	7,8	1	1	7,5	1	2
Total			762.438			749.190
Circulante			122.243			115.825
Não circulante			640.195			633.365

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 29.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	879	1.481	2.222	3.223	7.522	6.709	17.896	39.932
BNDES Industrial	2.019	3.630	1.476	13.045	36.911	35.402	177.138	269.621
BNDES Rural	160	366	3.822	2.402	62.976	40.592	18.067	128.385
BNDES Comércio	874	3.091	686	9.314	21.432	13.224	31.004	79.625
BNDES Serviços	286	357	179	1.428	4.283	4.283	4.275	15.091
Finep	13	22	33	67	268	267	648	1.318
Finame Industrial	551	1.172	1.588	3.553	13.881	9.317	6.022	36.084
Finame Rural	7.219	1.465	42	5.711	119	40	70.283	84.879
Finame Comércio	187	375	557	1.115	3.933	2.865	3.243	12.275
Finame Serviços	1.648	3.329	5.319	10.331	35.191	6.402	3.939	66.159
STN OGU	25.417	715	467	400	2.048	11	10	29.068
STN – Recoop	1	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL 31.03.2017	39.254	16.003	16.391	50.589	188.564	119.112	332.525	762.438
TOTAL 31.12.2016	33.914	14.947	13.389	53.576	178.201	114.099	341.064	749.190

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas de Obrigações p/ empréstimos e Repasses

	1º trim/2017	1º trim/2016
Tesouro Nacional	(18.604)	(23.626)
BNDES	(8.650)	(7.957)
Finame	(1.304)	(1.408)
Finep	(13)	(9)
Com banqueiros no exterior	(1.554)	(1.880)
Total	(30.125)	(34.880)

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$29.068 (R\$30.635 em 31.12.2016).

No período, foram repassados pelo Tesouro R\$897 (R\$1.100 no 1º trim/2016). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No trimestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$13 (R\$21 no 1º trim/2016) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$439 (R\$508 no 1º trim/2016).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	31.03.2017	31.12.2016
Cobrança e Arrecadação	195.503	2.956
Câmbio	1.763	82
Sociais e estatutárias	24.963	24.413
Fiscais e previdenciárias (nota nº 13.a)	114.301	237.289
Negociação e Intermediação de valores	52	52
Fundos financ. e de desenvolvimento (nota nº 13.b)	3.802.137	3.460.091
Diversas (nota nº 13.c)	2.410.650	2.360.375
Passivos atuariais (nota nº 13.d)	757.535	715.619
IECP (nota nº 13.e)	1.063.016	1.044.422
Total	8.369.920	7.845.299
Circulante	4.711.744	4.398.363
Não circulante	3.658.176	3.446.936

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	31.03.2017	31.12.2016
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	80.697	195.792
Impostos e contribuições a recolher	25.281	33.672
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	8.323	7.825
Total	114.301	237.289
Circulante	25.943	230.126
Não circulante	88.358	7.163

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.03.2017	31.12.2016
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 19)	3.475.632	3.123.586
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	196.560	207.064
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	129.867	129.363
Outros	78	78
Total	3.802.137	3.460.091

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	3.617.553	3.265.636
Não circulante	184.584	194.455

(1) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº19), não apresentando vencimento.

c) Diversas

	31.03.2017	31.12.2016
Cheques administrativos	52	1.518
Obrigações por aquisição de bens e direitos	51.524	59.081
Obrigações por convênios oficiais	13.850	99
Obrigações por prestação de serviços	10	12
Provisão para pagamentos a efetuar	83.504	109.426
Provisão p/ passivos contingentes	932.495	928.835
Ações trabalhistas/Capaf (Indenizações) (nota nº 13.c)	103.708	100.096
Ações cíveis/Fiscal	66.474	63.032
Contratos onerosos – Planos Saldados	728.940	732.363
Plano BD (nota nº 24)	598.334	599.896
Plano Misto (nota nº 24)	130.606	132.467
Outras contingências	33.373	33.344
Provisão p/ apuração responsabilidades (nota nº 8)	11.325	11.296
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	21.699	21.699
Desvalorização de bens	349	349
Provisão p/ garantias fin. prestadas	1.290.550	1.203.278
FNO Rural/Industrial (nota nº 19)	1.124.889	1.046.712
FDA (nota nº 18)	10.591	9.769
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	155.065	146.792
Fider	5	5
Credores diversos	38.665	58.126
Parcelas de operações de crédito- Securitização	25.491	26.479
Levantamento de depósitos recursais	2.307	1.911
Demais	10.867	9.157
Credores diversos (*)	-	20.579
Total	2.410.650	2.360.375
Circulante	718.955	741.725
Não circulante	1.691.695	1.618.650

(*) Refere-se à devolução de penhora judicial, regularizada em 04.01.2017, através de registro em Depósitos Judiciais.

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. Encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de março de 2017, o montante corresponde a R\$175.520 (R\$167.246 em 31.12.2016).

Passivos cíveis, fiscais, trabalhistas e participantes Capaf – Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

Demais provisões – fundos de investimentos – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de março de 2017, foram interpostas contra o Banco da Amazônia S.A 1.029 ações (1.012 ações em 2016). O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$24.688, considerando estoque de ações ativas (R\$22.767 em 31.12.2016). No trimestre, foram cumpridas 13 ações (39 ações em 2016) no valor de R\$699 (R\$24.672 em 2016).

A metodologia aplicada para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões para passivos contingentes e das provisões para garantias prestadas estão abaixo especificadas:

Provisões p/ passivos contingentes	Saldos em 31.12.2016	Adições	Utilizações	Reclassificados ^(*)	Saldos em 31.03.2017
Provisão do FNO (nota nº 19)	1.046.712	-	-	(1.046.712)	-
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	146.792	-	-	(146.792)	-
Provisão FDA (nota nº 18)	9.769	-	-	(9.769)	-
Provisão Fider	5	-	-	(5)	-
Ações trabalhistas (Indenizações)	100.096	10.675	(7.063)	-	103.708
Outras contingências fiscais	-	1.845	-	-	1.845
Outras contingências cíveis	63.032	15.386	(13.789)	-	64.629
Ações cíveis/Fiscal (nota nº 19)	40.265	3.412	(12.498)	-	31.179
Sucumbências	-	9.353	(591)	-	8.762
Fundos	22.767	2.621	(700)	-	24.688
Contratos onerosos (Planos Saldados)	732.363	15.359	(18.782)	-	728.940
Provisão p/ Plano BD (nota nº 24)	599.896	13.247	(14.809)	-	598.334
Provisão p/ Plano Misto (nota nº 24)	132.467	2.112	(3.973)	-	130.606
Outras contingências	33.344	284	(255)	-	33.373
Apuração de responsabilidades (nota nº 8)	11.296	284	(255)	-	11.325
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	21.699	-	-	-	21.699
Desvalorização de bens	349	-	-	-	349
Total	2.132.113	43.549	(39.889)	(1.203.278)	932.495

Provisões para garantias prestadas	Saldos em 31.12.2016	Adições	Utilizações	Reclassificados ^(*)	Saldos em 31.03.2017
Provisão p/ risco FNO Rural (nota nº 19)	-	55.883	(19.902)	487.277	523.258
Provisão p/ risco FNO Industrial (nota nº 19)	-	65.071	(22.875)	559.435	601.631
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	-	8.273	-	146.792	155.065
Provisão FDA (nota nº 18)	-	866	(44)	9.769	10.591
Provisão Fider	-	-	-	5	5
Total	-	130.093	(42.821)	1.203.278	1.290.550

(*) Reclassificados conforme carta circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016.

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	31.03.2017	31.12.2016
Fundo de pensão de benefício definido	498.951	475.669
Liquidados (nota nº 24)	423.766	404.295
Assistidos (nota nº 24)	75.185	71.374
Outros	258.584	239.950
Auxílio saúde (nota nº 24)	258.584	239.950
Total	757.535	715.619
Circulante	63.995	88.950
Não circulante	693.540	626.669

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999.

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em 2014, a monetização dos títulos, fechando o valor em R\$982.120, tendo o Bacen, em 05.01.2015, concedida autorização para a incorporação do valor ao Capital Principal, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, computado a partir das datas das monetizações, que ocorreram em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.

Em 31 de março de 2017, o saldo devedor do contrato é de R\$1.063.016 (R\$1.044.422 em 31.12.2016) desmembrado em Passivo Circulante – Outras Obrigações, o montante R\$63.017 referente a provisão quanto ao pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e no Passivo Não Circulante o valor de R\$999.999 correspondente ao principal.

14 Patrimônio Líquido**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	31.03.2017	31.12.2016
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.892.754	1.959.689
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	63,85	66,10
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	29,50	28,10

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia.

(2) Considerada a cotação de fechamento do mês.

b) Capital social

Em 07 de março de 2016, a Assembléia Geral Extraordinária (AGE), aprovou a proposta da Administração para grupamento das ações na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), passando o Capital Social a ser composto de 29.645.967 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem alteração do Capital Social, nos termos do artigo 12 da Lei 6.404/1976. Os atos da referida AGE foi homologada pelo Banco Central do Brasil

A Assembléia deliberou, ainda, a abertura do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de publicação para que os titulares de ações ordinárias de emissão do Banco pudessem ajustar suas posições acionárias, em lotes de 100 (cem) ações, mediante negociação na BM&FBovespa para que permanecessem integrando o quadro acionário da Instituição com, no mínimo, uma ação após a efetivação do grupamento. Após este prazo estabelecido para o ajuste das posições por parte dos acionistas do Banco, ou seja, a partir de 22 de agosto de 2016, as ações ordinárias representativas de seu Capital Social passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas na proporção resultante do grupamento. As frações de ações foram separadas, grupadas em números inteiros e vendidas em dois leilões, na BM&FBovespa. O primeiro leilão ocorreu em 05 de dezembro de 2016 tendo sido vendido 133 ações e o segundo em 09 de janeiro de 2017,

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ocasião em que foram vendidas as demais.

O grupamento de ações teve como objetivos melhorar o enquadramento às orientações contidas no Regulamento da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa, conferir melhor patamar de preços às cotações da ações, colocando-as em patamares de cotação próximos da maioria dos pares da indústria financeira, bem como reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência no controle de registro de informações aos acionistas.

Todos os procedimentos sobre o grupamento foram detalhados através de aviso aos acionistas disponibilizado ao mercado no site do Banco e da CVM, bem como publicado em jornais.

Em 31 de março de 2017, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2016) está representado por 29.645.967 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.03.2017	31.12.2016
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.699
De domiciliados no exterior	271	268
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.03.2017		31.12.2016	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.615.157	96,5	28.624.757	96,6
Adm.direta-Min.da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.495.714	45,5	13.505.314	45,6
BB FGEDUC	10.433.251	35,2	10.437.551	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	3.062.463	10,3	3.067.763	10,4
Demais	1.030.810	3,5	1.021.210	3,4
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$23.337 (R\$23.539 em 31.12.2016) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações de reservas de reavaliação, no período, importaram em R\$202 (R\$809 em 31.12.2016), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.03.2017	31.12.2016
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	856.998	856.998
Legal	121.006	121.006
Estatutária	735.992	735.992

e) Lucro por ação

	31.03.2017	31.12.2016
Prejuízo/Lucro líq. atribuível aos acionistas (R\$/mil)	(55.558)	130.682
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	(1,87406)	4,40810
JCP por ação (R\$)	-	1,3066

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

O Bacen, através da Carta-circular nº 3.729/2015, criou títulos, com efeito a partir da data-base janeiro de 2016, para o registro de ganhos ou perdas decorrentes de remensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.03.2017	31.12.2016
Ajustes de avaliação patrimonial	(557.730)	(546.353)
Títulos Disponíveis para Venda	(1.212)	(3.177)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(556.518)	(543.176)

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.03.2017		31.12.2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	35.713	35.713	435.279	435.279
Participações Estatutárias	-	-	(4.721)	(4.721)
Juros sobre capital Próprio	-	-	(38.736)	(38.736)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	35.713	35.713	391.822	391.822
Adições líquidas caráter permanente	-	-	30.567	30.758
Exclusões líquidas caráter permanente	(48)	(34)	-	-
Adições líquidas caráter temporário	213.621	213.621	370.268	370.268
Lucro tributável antes compensações	249.286	249.300	792.657	792.848
Lucro tributável antes compensações-até agosto/2015	-	-	-	-
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	37.393	49.860	118.898	158.570
Adicional de Imposto de Renda (10%)	24.923	-	79.242	-
Incentivos	(1.496)	-	(5.823)	-
Valores devidos	60.820	49.860	192.317	158.570
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(61)	(55)	(430)	(331)
Valores registrados em resultado antes da ativação	60.759	49.805	191.887	158.239
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(14.129)	(5.164)	(49.344)	(907)
Valores efetivamente registrados no resultado	46.630	44.641	142.543	157.332
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	130,6	125,0	36,4	40,2

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No trimestre, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o trimestre findo em 31 de março de 2017:

	31.12.2016	Constituição	Realização	31.03.2017
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	100.096	10.675	7.062	103.709
Provisão para Risco de Crédito-Banco	293.902	80.138	3.505	370.535
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.103.329	-	16.908	1.086.421
Auxílio pós-emprego	351.258	1.845	17.618	335.485
Auxílio pós-emprego – Del 695	182.407	22.236	-	204.643
Planos Saldados	401.401	15.359	18.783	397.977
Provisão Caixa de Previdência	175.495	632	-	176.127
Provisão para Operações SEC I	146.792	8.273	-	155.065
Outras Provisões	117.987	5.876	4.142	119.721
Base de Cálculo	2.872.667	145.034	68.018	2.949.683
Imposto de Renda Diferido (25%)	718.167	36.258	17.004	737.421
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	100.096	10.675	7.062	103.709
Provisão para Risco de Crédito-Banco	293.902	80.138	3.505	370.535
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.103.329	-	16.908	1.086.421
Auxílio pós-emprego	351.258	1.845	17.618	335.485
Auxílio pós-emprego – Del 695	182.407	22.236	-	204.643
Planos Saldados	401.401	15.359	18.783	397.977
Provisão Caixa de Previdência	175.495	632	-	176.127
Provisão para Operações SEC I	146.792	8.273	-	155.065
Outras Provisões	110.954	5.876	4.142	112.688
Base de Cálculo	2.865.634	145.034	68.018	2.942.650
Contribuição Social Diferida (15%)	429.845	21.755	10.203	441.397
Contribuição Social Diferida (5%)	5.763	-	3.314	2.449
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.153.775	58.013	30.521	1.181.267

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$352.815 (R\$289.924 em 31.12.2016). No total de 2017, está incluído o valor de R\$132.385 (R\$132.385 em 31.12.2016) relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	31.03.2017	31.12.2016
Provisão FNO	298.398	177.444
Provisão Auxílio pós emprego	229.588	194.136
Provisão Planos Saldados	330.962	330.962
Outras Provisões	23.090	22.268
Total das Provisões	882.038	724.810
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	352.815	289.924

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Desdobramento das contas de resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	1º trim/2017	1º trim/2016
Administração de fundos e programas	151.303	140.845
FNO (nota nº 19)	148.969	137.376
Art 19 da lei 8.167/91	296	1.795
Finam (nota nº 17)	1.180	1.164
Outras - FDA	415	-
Demais rendas	443	510
Outros serviços	7.308	7.331
Demais rendas	7.308	7.331
Sub-total	158.611	148.176
Rendas de tarifas bancárias	22.027	22.039
Pessoa física	12.277	12.434
Pessoa jurídica	9.750	9.605
Total	180.638	170.215

b) Despesas de pessoal

	1º trim/2017	1º trim/2016
Honorários	(930)	(1.096)
Benefícios	(16.393)	(15.040)
Encargos sociais	(33.268)	(32.189)
Proventos	(74.450)	(80.968)
Treinamento	(517)	(350)
Remuneração de estagiários	(1.388)	(1.151)
Total	(126.946)	(130.794)

c) Outras despesas administrativas

	1º trim/2017	1º trim/2016
Água, energia e gás	(2.465)	(2.813)
Aluguéis	(3.524)	(3.097)
Processamento de dados	(7.973)	(9.206)
Comunicações	(7.068)	(7.308)
Manutenção e conservação de bens	(2.318)	(2.491)
Material	(336)	(340)
Serviços de terceiros	(6.149)	(5.572)
Vigilância e segurança	(6.549)	(7.223)
Serviços do sistema financeiro	(4.129)	(4.192)
Promoções e relações públicas	(699)	(1.689)
Propaganda e publicidade	(491)	(281)
Publicações oficiais	(359)	(900)
Serviços técnicos especializados	(7.659)	(2.029)
Transporte	(4.795)	(4.864)
Viagens	(1.410)	(1.232)
Depreciação	(5.007)	(4.557)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização	(3.948)	(3.735)
Demais despesas administrativas	(1.325)	(1.764)
Total	(66.204)	(63.293)

d) Despesas tributárias

	1º trim/2017	1º trim/2016
ISS	(1.362)	(1.478)
Cofins	(20.668)	(20.214)
PIS/Pasep	(3.359)	(3.285)
Demais tributos	(4.719)	(4.132)
Total	(30.108)	(29.109)

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	1º trim/2017	1º trim/2016
Del credere – FNO (nota nº 19)	143.483	138.610
Demais rendas operacionais	44.374	38.365
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	23.701	5.304
Rendas de Del credere – FDA	1.383	1.685
Receita de variação de taxas - FMM	12.359	19.156
Receita de variação de taxa de câmbio	2.714	7.961
Recuperação de encargos e despesas	3.115	2.907
Reversão outras provisões operacionais	61	-
Multas – operações de crédito geral	884	829
Demais receitas operacionais	157	523
Total	187.857	176.975

Outras despesas operacionais	1º trim/2017	1º trim/2016
Despesas de provisão–FNO (nota nº 19)	(120.953)	(93.392)
Atualiz. benefícios pós-emprego (nota nº 24)	(26.194)	(22.117)
Despesas de perdas operacionais	(232)	(190)
FDA – Provisão	(822)	(408)
Despesas de fundos de investimento	(2.621)	(1.189)
Despesas de variação taxa câmbio	(3.636)	(1.016)
Passivos judiciais e legais	(3.024)	(7.640)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(8.273)	(6.662)
Passivos trabalhistas (nota nº 13.c)	(10.675)	-
Desp.pós-emp–assist/aux.saúde(nota nº 24)	(11.104)	(8.555)
Provisão ativos atuariais – Capaf	(632)	-
Atualização de Planos Saldados (nota nº 24)	(15.359)	(30.476)
Despesas com TVM	(9)	(287)
Despesas de variação de taxa FMM	(12.416)	(23.805)
Dividendos a pagar juros s/ capital	(550)	(2.248)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(360)	(485)
Desp. de desconto concedido renegociação	(279)	(1.196)
Demais despesas operacionais	(165)	(132)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total (217.304) (199.798)

f) Resultado não operacional

	1º trim/2017	1º trim/2016
Receitas não operacionais	992	1.064
Lucros em transações com valores e bens	77	5
Outras receitas não operacionais	915	1.059
Reversão de outras provisões não operacionais	94	393
Ganhos de capital	35	52
Rendas de aluguel	4	4
Dividendos recebidos	-	209
Outras rendas não operacionais	782	401
Despesas não operacionais	(490)	(217)
Perdas de capital	-	(3)
Outras Despesas não operacionais	(490)	(214)
Total	502	847

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No trimestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$1.180 (R\$1.164 no 1º trim/2016).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$15.851 (R\$16.365 em 31.12.2016), com base no valor patrimonial da cota em 31 de março de 2017. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infra-estrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Neste trimestre, está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$19.730 (R\$18.383 em em 31.12.2016) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para passivos contingentes. O ajuste da provisão, no trimestre, foi de R\$822 e o saldo totalizou R\$10.591 (R\$9.769 em 31.12.2016).

Neste 1º trimestre de 2017 e em 31.12.2016 não ocorreram liberações, não gerando taxa.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$129.867 (R\$129.363 em 31.12.2016). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

19. Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º trim/2017	1º trim/2016
Taxa de administração (nota nº 16.a)	148.969	137.376
Del-credere (nota nº 16.e)	143.483	138.610
Recuperação de operações (nota nº 16.e)	23.701	5.304
Remuneração do disponível	(92.531)	(50.605)
Despesa de provisão (risco compartilhado) (nota nº 16.e)	(120.953)	(93.392)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *Del-credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$23.030 (R\$5.294 no 1º trim/2016) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$1.124.889 (R\$1.046.712 em 31.12.2016) (nota nº 13.b).

No trimestre, o Banco procedeu à baixa de R\$42.777 (R\$33.626 no 1º trim/2016) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	31.03.2017	31.12.2016
Saldo no início do período	3.123.586	1.539.271
Repasses do Tesouro Nacional	626.777	2.438.748
Remuneração das disponibilidades	92.531	268.309
Amortizações de operações de crédito	767.183	3.162.888
Liberações de operações de crédito	(763.267)	(3.206.225)
Despesas com taxa de administração	(227.647)	(512.056)
Despesas com <i>Del credere</i>	(143.483)	(567.172)
Despesas de auditoria	(48)	(177)
Saldo no final do período (nota nº 13.a)	3.475.632	3.123.586

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

Nível de Risco	31.03.2017		31.12.2016	
	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	4.036.551	-	4.221.634	-
A	7.711.491	19.279	7.721.641	(19.304)
B	3.811.125	19.055	3.674.989	(18.374)
C	1.260.983	18.911	1.041.329	(15.617)
D	561.709	28.076	578.660	(28.924)
E	300.090	45.009	432.044	(64.803)
F	282.185	70.544	231.559	(57.890)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

G	245.558	85.945	174.558	(61.095)
H	1.676.465	838.070	1.561.710	(780.705)
Total	19.886.157	1.124.889	19.638.124	(1.046.712)

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no período, no montante de R\$8.856 (R\$2.254 no 1º trim/2016), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	31.03.2017		31.03.2016	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	246	12.600	358	19.089
Proger urbano		246	12.600	358	19.089
Disponível	TMS	69	2.335	91	2.813
Proger urbano		69	2.335	91	2.813
Principal		1.503	-	1.805	-
Proger urbano		1.503	-	1.805	-
Total		1.818	14.935	2.254	21.902

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

A vencer	31.03.2017		31.12.2016	
	Valores	%	Valores	%
Até 30 dias	1.204	8,1	3.541	21,5
De 31 a 90 dias	808	5,4	742	4,5
De 91 a 180 dias	1.196	8	1.064	6,5
De 181 a 360 dias	2.249	15	2.050	12,5
Mais de 1 ano	9.478	63,5	9.052	55
Total	14.935	100,0	16.449	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$13.840 (R\$15.542 em 31.12.2016).

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$196.560 (R\$207.064 em 31.12.2016).

22. Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIF's e FAC's), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.03.2017	31.12.2016
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	99.578	89.310
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	186	82
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	176	51
Fundo Amazônia Mix "2"	30	30
Fundo Amazônia Credit 90	3	4
Total	99.973	89.477

Neste trimestre, foi transferido para o Banco o montante de R\$599 (não houve no 1º trim./2016) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

23. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	1º trim/2017	1º trim/2016
Benefícios de curto prazo	930	1.096
Honorários	930	1.000
Diretoria Executiva	764	780
Conselho de Administração	68	62
Conselho Fiscal	54	44
Comitê de Auditoria	44	114
Outros ⁽¹⁾	-	96
Total	930	1.096

⁽¹⁾ Refere-se a ajuda de custo.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	31.03.2017	31.12.2016
Diretoria - Honorários	32.590,59	37.285,28
Conselho de Administração	3.612,09	3.658,15
Conselho Fiscal	4.093,70	3.566,00

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 24 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 17, 18, 19, 20 e 21.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	1º trim/2017	1º trim/2016
Receitas taxa administração(nota nº 16.a)	148.969	137.376
Receita <i>Del-credere</i> do FNO(nota nº 16.e)	143.483	138.610
Despesa c/ remuneração do disp. do FNO (nota nº 19)	(92.531)	(50.605)
Despesa prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 19)	(120.953)	(93.392)
Despesas de contrib. patronal – Capaf (nota nº 24)	(3.361)	(3.299)
Atualiz. ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(52.657)	(61.148)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.03.2017	31.12.2016
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	14.935	16.449
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	762.438	749.190
Tesouro Nacional	29.069	30.637
BNDES	532.654	511.972
Finame	199.397	205.169
Finep	1.318	1.412
Outras Obrigações	3.802.059	3.460.013
FNO (notas nºs 13 e 19)	3.475.632	3.123.586
FMM (notas nºs 13 e 21)	196.560	207.064
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 18)	129.867	129.363
Total	4.579.432	4.225.652

24. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011, sendo que a Portaria nº 459, de 02 de maio de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, concedeu nova prorrogação pelo prazo de 180 dias, a contar de 05 de maio de 2017.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio Saúde (%)	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,6	13,9	9,4	13,8	9,5	13,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,3	6,0	5,1	6,0	5,1	5,8
Projeção de aumentos salariais	4,1	7,4	N/A	N/A	4,1	7,4
Projeção de aumentos dos benefícios	4,1	7,4	4,1	7,4	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	4,1	7,4	-	-	-	-
Taxa de inflação	4,1	7,4	4,1	7,4	4,1	7,4
Expectativa de retorno ativos do plano	9,6	13,9	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Planos BD e Misto		Assistidos		Auxílio Saúde	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Taxa de rotatividade	1,6%		1,6%		1,6%	1,6%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000*		AT-2000*		AT-2000*	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000*		AT-2000*		AT-2000*	
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas**		A. Vindas**		A. Vindas**	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 10%.

** suavizada em 20%.

a.2) Valores reconhecidos no resultado do trimestre e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Custo do serviço		
Custo de serviço	(96)	(80)
Custo de juros líquidos	(13.537)	(10.803)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(13.633)	(10.883)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	383	401
Ganhos e Perdas sobre o ativo	8.708	9.812
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(14.150)	(20.687)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(5.059)	(10.474)
Total dos componentes de benefício definido	(18.692)	(21.357)
	Plano Misto	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Custo do serviço		
Custo do serviço	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(481)	(235)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(482)	(236)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	537	(83)
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(1.677)	(2.240)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(1.140)	(2.323)
Total dos componentes de benefício definido	(1.622)	(2.559)
	Assistidos pelo Banco	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(1.845)	(1.913)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.845)	(1.913)
Remensurações do Plano de Benefício definido		

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e Perdas sobre o passivo	(4.218)	(5.269)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(4.218)	(5.269)
Total dos componentes de benefício definido	(6.063)	(7.182)

	Auxílio Saúde	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Custo do serviço		
Custo de serviço	(1.053)	(778)
Custo de juros líquidos	(8.206)	(5.866)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(9.259)	(6.644)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(11.819)	(10.721)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(11.819)	(10.721)
Total dos componentes de benefício definido	(21.078)	(17.365)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD	
	1º trim/2017	1º trim/2016
(Passivo)/ativo reconhecido no início do trimestre	(390.415)	(334.726)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	834	767
Provisão para planos de benefício definido	(13.633)	(10.883)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(5.059)	(10.474)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do trimestre	(408.273)	(355.316)

	Plano Misto	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Passivo reconhecido no início do trimestre	(13.880)	(7.290)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	9	9
Provisão para planos de benefício definido	(482)	(236)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.140)	(2.323)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do trimestre	(15.493)	(9.840)

	Assistidos pelo Banco	
	1º trim/2017	1º trim/2016
(Passivo)/ativo reconhecido no início do trimestre	(71.374)	(59.693)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.252	2.346
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 16.e)	(1.845)	(1.913)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(4.218)	(5.269)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do trimestre	(75.185)	(64.529)

	Auxílio Saúde	
	1º trim/2017	1º trim/2016
(Passivo)/ativo reconhecido no início do trimestre	(239.950)	(158.871)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.444	2.045
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 16.e)	(9.259)	(6.644)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(11.819)	(10.722)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do trimestre	(258.584)	(174.192)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do trimestre	(632.919)	(511.625)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefícios pagos pelo plano	11.647	11.294
Custo do serviço corrente	(192)	(159)
Custo de juros	(21.946)	(16.513)
Remensurações de perdas atuariais	(28.299)	(41.375)
Decorrentes de ajuste de experiência	7.234	(7.096)
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	-	-
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(35.533)	(34.279)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do trimestre	(671.709)	(558.378)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do trimestre

	Plano Misto	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do trimestre	(60.766)	(49.022)
Benefícios pagos pelo plano	1.415	1.388
Custo de juros/serviço corrente	(2.109)	(1.583)
Remensurações de Perdas atuariais	(3.355)	(4.480)
Decorrentes de ajuste de experiência	443	(1.019)
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	-	-
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(3.798)	(4.858)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do trimestre	(64.815)	(53.697)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do trimestre

	Assistidos pelo Banco	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do trimestre	(71.374)	(59.693)
Benefícios pagos pelo plano	2.252	2.346
Custo de juros	(1.845)	(1.913)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(4.218)	(5.269)
Decorrentes de ajuste de experiência	(797)	(1.902)
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	-	-
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(3.421)	(3.367)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do trimestre	(75.185)	(64.529)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do trimestre

	Auxílio Saúde	
	1º trim/2017	1º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do trimestre	(239.950)	(158.871)
Benefícios pagos pelo plano	2.444	2.045
Custo do serviço corrente	(1.053)	(778)
Custo de juros	(8.206)	(5.866)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(11.819)	(10.722)
Decorrentes de ajuste de experiência	12.178	638
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	-	-
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(23.997)	(11.360)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do trimestre	(258.584)	(174.192)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	-	-	-	-	(671.709)
Valor justo dos ativos do plano	(144.836)	(144.836)	(144.836)	(144.836)	(144.836)
Superávit/(déficit) do plano	(144.836)	(144.836)	(144.836)	(144.836)	(816.545)
Variação na obrigação atuarial	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	
Variação no superávit/(déficit)	(82,3%)	(82,3%)	(82,3%)	(82,3%)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%		-0,25	+0,25	
	- 5%	+ 5%			
Valor presente da obrigação atuarial	-	-	-	-	(64.815)
Valor justo dos ativos do plano	33.827	33.827	33.827	33.827	33.827
Superávit/(déficit) do plano	33.827	33.827	33.827	33.827	(30.988)
Variação na obrigação atuarial	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	
Variação no superávit/(déficit)	(209,2%)	(209,2%)	(209,2%)	(209,2%)	

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%		-0,25	+0,25	
	- 5%	+ 5%			
Valor presente da obrigação atuarial	-	-	-	-	(75.185)
Superávit/(déficit) do plano	-	-	-	-	(75.185)
Variação na obrigação atuarial	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	
Variação no superávit/(déficit)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	

Auxílio Saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%		+0,25	-0,25	
	- 5%	+ 5%			
Valor presente da obrigação atuarial	-	-	-	-	(258.584)
Superávit/ (déficit) do plano	-	-	-	-	(258.584)
Variação na obrigação atuarial	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	
Variação no superávit/ (déficit)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	(100,0%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD		Plano Misto	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	(420)	(365)	(4)	(3)
Montantes de Custo de juros líquidos	(37.385)	(52.228)	(1.329)	(1.446)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(37.805)	(52.593)	(1.333)	(1.449)
Montantes esperados per. Seg.–Normais	3.475	3.309	39	39
Total dos pagtos esperados para o plano	3.475	3.309	39	39

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	-	-	(4.610)	(3.571)
Montantes de Custo de juros líquidos	(6.693)	(9.269)	(22.677)	(25.736)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(6.693)	(9.269)	(27.287)	(29.307)
Montantes esperados per. seguinte –Normais	9.379	10.118	10.179	8.818
Total dos pagtos esperados para o plano	9.379	10.118	10.179	8.818

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarialTaxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

No caso específico do plano BD, o Banco vem sendo onerado pelo cumprimento de sentença judicial, que determinou a complementação da folha de pagamento mensal, face a exaustão dos recursos financeiros do referido plano. No período, essa complementação totalizou R\$12.922 (R\$11.755 no 1º trimestre de 2016).

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	31.03.2017	31.03.2016
Valor da Obrigação no início do período	404.295	342.016
Atualizações	32.393	34.914
(-) Valores Pagos	(12.922)	(11.775)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	423.766	365.155

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	31.03.2017	31.03.2016
Valor da Obrigação no início do período	732.363	719.430
Atualizações (nota nº 16.e)	15.359	30.476
(-) Valores Pagos	(18.782)	(17.467)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	728.940	732.439

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	1º trim/2017	1º trim/2016
Liquidados - BD e Misto	(920)	(881)
Prev-amazônia	(2.441)	(2.418)
Total (nota nº 23)	(3.361)	(3.299)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	31.03.2017	31.12.2016
Saldados	728.940	732.363
Liquidados	423.766	404.295
Assistidos	75.185	71.374
Auxílio Saúde	258.584	239.950

Ação TRT da 16ª Região (MA)

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

A ação rescisória foi admitida a julgamento pelo relator que concedeu antecipação de tutela no sentido de suspender a tramitação da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que encontrava-se em liquidação de sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos autos da rescisória.

Registramos que a rescisória tramita em fase de conhecimento e está pendente de julgamento.

O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O Sindicato do Maranhão contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar, mas o Sindicato pediu reconsideração do despacho que deferiu a liminar em sede de antecipação de tutela, o que foi negado pelo Relator.

25. Remuneração paga aos Empregados**a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)**

	31.03.2017	31.12.2016
Menor Salário	2.317,10	2.317,10
Maior Salário	24.280,24	24.280,24
Salário médio	7.285,11	7.415,93

26. Processo de gerenciamento de riscos

O Banco da Amazônia S.A. possui políticas, procedimentos e instrumentos de controles e gestão de riscos que permitem a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos, bem como estão claros os papéis e responsabilidades das unidades que participam dessa estrutura, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é realizada a partir do monitoramento de possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco, sendo permanentemente mensurado e as informações geradas são reportadas ao Comitê de Ativos e Passivos e à Diretoria Executiva do Banco.

A liquidez dos ativos do Banco fica evidenciada pelo saldo dos indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo que de acordo com os métodos de análise conservador e alternativo foram de R\$2,848 e R\$5,084 bilhões respectivamente, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez da Instituição. Ressalta-se que 61,8% dos recursos alocados na carteira TVM estão aplicados em Letras Financeiras do Tesouro, títulos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco,

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica.

De modo a incorporar melhorias ao seu processo de gestão e à vista das diretrizes de Basileia e da Resolução Bacen nº 3.721/2009, a Instituição vem aprimorando os modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de riscos registradas no Banco, teste de relevância e *backtestink* dos modelos. Ao final desse ciclo, os modelos de classificação e avaliação de risco dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para a redução do risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito, que teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender a necessidade quanto à vinculação de direitos creditórios (recebíveis) principalmente da área de Fomento.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços. No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. O modelo consiste em estimar a pior perda esperada ao longo de determinado intervalo de tempo, sob condições normais de mercado e dentro de determinado intervalo de confiança.

Em 31 de março de 2017, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$3,688 milhões e R\$2,858 milhões, estando dentro dos limites estabelecidos na Política de Risco de Mercado. Devido a posição conservadora de suas operações, a exposição do Banco ao risco de mercado é confortável.

d) Risco operacional

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os o preceitos da Resolução Bacen nº 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*) e NBR 22301.

O Banco está atento às alterações regulamentares como a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que consolida e aperfeiçoa as regras existentes sobre a gestão de riscos e a gestão do capital em instituições financeiras. Essa norma também trouxe um significativo avanço na área da governança corporativa, com regras que alcançam a Diretoria e o Conselho de Administração. Neste sentido, o Banco vem investindo na capacitação de seu quadro de empregados, para que as adaptações necessárias ocorram da melhor forma possível.

Quanto às ações de Gestão de Continuidade de Negócios, o Banco atualizou a Análise de Impactos nos Negócios – BIA/AIN, que tem como objetivo identificar os processos que serão recuperados prioritariamente em caso de significativa interrupção e estabelecer o tempo adequado para recuperação por meio do monitoramento e acultramento do corpo colaborativo. O BIA/AIN é um instrumento de gestão que fortalece as diretrizes e orientações gerais aos dirigentes, colaboradores e partes interessadas.

Em atendimento às regulamentações e para manter o Banco alinhado com as melhores praticas do mercado, recentemente foram atualizadas as Políticas de Gestão de Continuidade, Segurança da Informação e Comunicação, as quais possuem os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição.

e) Gestão de capital

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

A Carta-Circular 3.748/2016 extinguiu a remessa ao Banco Central do documento 2071, ficando obrigatório o encaminhamento mensal do 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados).

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

I Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.03.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência (PR)	2.662.539	2.789.907
PR Nível I	2.662.539	2.789.907
Capital Principal	2.662.539	2.789.907
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.489.717	17.351.029
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	14.471.130	14.671.067
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	67.907	34.538
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	2.950.680	2.645.424
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	787.037	780.796
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.049.383	1.041.062
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.617.798	1.713.414
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	1.875.502	2.009.110
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.613.156	1.748.845
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	15,2%	16,1%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	15,2%	16,1%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,2%	16,1%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" (PR 9,875% + ACP 0,625%) ao montante de RWA.

27. Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência a cotação do dólar e da taxa de juros DI/dia. O Sistema de Risco de Mercado está parametrizado para atribuir o mesmo nível de estresse (choque paralelo) aos demais fatores de risco que compõem o modelo.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cotação Reais/Dólar a R\$3,17 e a taxa DI de 1 ano no nível de 12,1% a.a.

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$3,96, e a taxa DI de 1 ano no nível de 15,1% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$4,75 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 18,2% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira de negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		Março/2017 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	127	57.362	108.584
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	2.853	103.108	186.243
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(4)	3.215	6.427
Total		2.976	163.685	301.254

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se o VaR de R\$301 milhões correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 6% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco

As operações de derivativos existentes na Carteira do Banco, não representam risco de mercado relevante, haja vista que essas posições foram originadas para realização de *hedge* de títulos públicos, Letras do Tesouro Nacional, com taxas prefixadas, cujo saldo em 31 de março de 2017, foi de aproximadamente R\$84,4 milhões (R\$40,6 milhões em 31.12.2016).

28. Demonstração do resultado abrangente

	1º trim/2017	1º trim/2016
Resultado líquido do Período	(55.558)	(7.743)
Outros Resultados Abrangentes	(18.595)	(29.547)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(18.963)	(29.915)
Próprios – TVM Ajuste	3.273	(1.128)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(22.236)	(28.787)
Realização da Reserva de Reavaliação	368	368
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	7.420	11.624
Sobre a marcação a mercado	(1.309)	274
Sobre a realização da reserva	(165)	(165)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	32.261	11.515
Sobre os Planos Saldados	(23.367)	-
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	(11.175)	(17.923)

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado Abrangente do Período (66.733) (25.666)

29. Outras informações**a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.03.2017	31.12.2016
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	10.033.546	9.908.615
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	175.520	167.246
Total	10.209.066	10.075.861

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$151.408 (R\$151.408 em 31.12.2016), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados (nota nº 8):

	31.03.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	41.384	40.636
(-)Provisão p/dev.dep.rekursais (*)	(9.962)	(9.962)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total	40.454	39.706

(*) Provisão constituída sobre os depósitos recursais baixados na CAIXA e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Limitação de escopo relacionada à reserva matemática dos planos de benefícios liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 13, 16 e 24, o Banco mantém, em 31 de março de 2017, uma provisão no montante de R\$ 423.766 mil (R\$ 404.295 mil em 31 de dezembro de 2016), que segundo o seu julgamento é suficiente para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes da obrigação dos planos de benefícios. A determinação do montante dessa provisão levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15. Considerando que a Administração encontra-se em processo de conclusão dos cálculos do potencial desembolso para suportar as saídas futuras dos planos BD e Misto que serão requeridas quando do desfecho do processo de liquidação dos planos, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não foi possível determinar por meio de procedimentos alternativos de auditoria qual seria o impacto, se houver, sobre o montante da provisão, bem como sobre as movimentações líquidas negativas ocorridas no período findo em 31 de março de 2017 nas rubricas "Outros ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, no montante de R\$ 13.342 mil (movimentações positivas no montante de R\$ 17.272 mil em 31 de março de 2016) e na despesa com benefícios pós-emprego no montante de R\$ 26.194 mil, para o período findo em 31 de março de 2017 (R\$ 22.117 mil em 31 de março de 2016) e os respectivos créditos tributários constituídos sobre o montante dessa provisão em 31 de março de 2017, no montante de R\$ 98.401 mil (R\$ 104.216 mil em 31 de dezembro de 2016).

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase - Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e informa sobre a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias do prazo de intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) a contar de 5 de maio de 2017. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período três meses findo em 31 de março de 2017 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 12 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2